



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# 15

## *Discurso em reunião com pais de alunos do colégio Dom Bosco*

**CAMPO MOURÃO, PR, 13 DE FEVEREIRO DE 1995**

Agradeço esta oportunidade de estar numa escola com pais de alunos. Vocês já sabem qual é o objetivo nosso. Estamos aqui com o Prefeito da cidade, o Governador do Paraná, o Ministro da Educação, e nossa idéia é uma só: mostrar ao País que a educação é realmente prioridade – não é minha, não é do Governador Jaime, é do País, é nossa, do Prefeito e de todos nós. Porque o Brasil fez um caminho um pouco diferente do que devia ter feito. Ele concentrou a educação também; não foi só a renda, concentrou a educação. Então, há núcleos de muito saber, núcleos de excelência e, por outro lado, há muitas deficiências. E nós queríamos ouvi-los. Depois, se eu puder fazer algum comentário, eu farei. Não sei quem é que vai tomar a palavra.

[Seguem-se intervenções de pai de aluno e do Governador Jaime Lerner.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que acho que é a terceira vez que venho a Campo Mourão. Em uma dessas vezes, vim com quem hoje é o Prefeito, o Rubens Bueno. Viemos para organizar um curso, e dei a aula inaugural desse curso, a Escola de Formação Política.

Então, agora, neste momento em que estamos empenhados em chamar a atenção do Brasil para os problemas da educação, do ensino, do aluno, do professor e dos pais, escolhi algumas cidades brasileiras para estar presente no início do ano letivo. Estive na Bahia, numa cidade chamada Santa Maria da Vitória, que é lá no sertão da Bahia; depois, fui a Diamantina, em Minas Gerais; e agora estou aqui, em Campo Mourão. O início do ano letivo é diferente de estado para estado; então, aproveitei e pude participar de mais de um. No Rio de Janeiro, creio que no dia 17 de março, vamos ter um outro encontro, mais amplo, com lideranças educacionais.

Isso porque estamos convencidos, tanto eu quanto o Ministro Paulo Renato, quanto o Governador Jaime Lerner, quanto todos os brasileiros responsáveis, como é o caso do Rubens Bueno, de que nós temos efetivamente que dar prioridade à educação. Eu disse, durante a minha campanha eleitoral, que daria prioridade à educação, à saúde, à agricultura, à difusão da segurança e ao emprego. Claro que o emprego vem junto com a retomada de crescimento, como tudo o mais. E eu disse, o que não foi compreendido na época, que gostaria de que, no meu Ministério, a preeminência que os Ministros da área econômica haviam tido fosse contrabalançada pela presença dos Ministros da área social.

Fui Ministro da Fazenda num momento muito difícil, porque eu tinha que derrubar a inflação. Então, é natural que, naquele momento, tudo fosse concentrado nesse objetivo, que ainda é o nosso objetivo. Para a nossa felicidade, a inflação continua em queda, mas é preciso estar permanentemente olhando para o que acontece com a inflação, porque o combate a ela é condição necessária para que o resto possa funcionar.

Mas, agora, temos efetivamente que dar prioridade às áreas sociais. E prioridade não é fazer demagogia, não é populismo, não é dizer "sim" a tudo, porque os recursos são limitados. É dar prioridade adequada, é discutir, é pedir apoio, é trabalhar em conjunto. E me alegra muito que o Governo do Paraná, pelo Governador Jaime Lerner, já tenha apontado a sua bússola na mesma direção. Nós temos aqui uma enorme coincidência, e vamos trabalhar em conjunto com os prefei-

tos que estiverem, como é o caso daqui de Campo Mourão, dentro da mesma orientação nossa.

Pois bem, "nossa" não é minha, "nossa" é do País, que necessita hoje dessa mudança de ênfase. Hoje sabemos que há alguma coisa muito importante, que o Governador Jaime Lerner mencionou. Temos que mudar da perspectiva que sempre olhou para quantidade e olhar para qualidade. Não basta número. É preciso saber: o que é que se aprende mesmo? Qual é a qualidade? Como é que se melhora a qualidade do ensino?

Quando vou responder a essas perguntas, vou delimitar mais o meu pensamento e explicar um pouco melhor por que acho que essa mudança de ênfase, que se impõe, essa perspectiva nova – não é tão nova – impõe-se mesmo, não é?

Acho que, neste momento, era muito importante fazer o que estámos fazendo: conversar com os pais dos alunos. Por quê? Porque educação é algo que transcende muito a ação só do Governo. Ela depende da sociedade também, quer dizer, a família participa da educação, os pais participam desse esforço. Não é colocar tudo sobre os ombros dos pais, porque não se pode, mas também não se pode pensar que basta o Governo querer e saber tudo o que acontece. Não é assim. Há que haver uma mobilização de todas as forças do País pela educação: das forças produtivas, dos sindicatos, dos meios de comunicação, dos meios políticos e das famílias – senão nós não damos o salto necessário.

Pois bem, aqui as perguntas que estão sendo colocadas: "Como é que uma criança portadora de deficiência física poderá ser apoiada?" Olha, hoje, no Governo Federal, houve aprovação de uma lei chamada Loas, que é uma coisa muito importante, que tem a ver com deficiência física não só para criança, é geral. Quando a família não tiver recursos e houver um deficiente físico, ela estará automaticamente, desde que a Previdência ateste que efetivamente é assim, com a prerrogativa de receber um salário mínimo. Essa lei foi aprovada recentemente e vai ser posta em prática no meu Governo, agora. É algo novo.

O Brasil é um país muito grande e tem uma população muito pobre. Então, quando você diz: "Ah, um salário mínimo!"... Mas, para quantos milhões? Quantos são os deficientes? Alguns milhões. Qualquer coisa

que se multiplique por esse salário mínimo pequeno, que é o nosso – como diz o Chico Anísio, “desse tamaninho” –, ou que multiplique esse tamaninho por 15 milhões, por 20 milhões, que é o caso dos que recebem o salário mínimo, ou o caso dos deficientes, que são alguns milhões, dá uma enorme quantidade de dinheiro. Esse é o problema fundamental do Brasil; é que os problemas da pobreza, da deficiência, são muito numerosos. Então, a solução deles requer uma massa de recursos muito grande. Isso não pode ser desculpa para não se fazer, mas é preciso que as pessoas pensem, quando se faz, como é difícil. Então, vamos fazer. No caso da LOAS, nós vamos fazer, vamos qualificar e vamos criar condições para que cada deficiente possa ter um apoio.

Além disso, temos que apoiar muito as Apaes, dar-lhe uma ênfase muito grande, porque isso é uma obra da sociedade civil que tem tido um grande avanço. Há um deputado aqui do Paraná, o Flávio Arns, que se dedica muito a isso. Há vários que se dedicam. Estou citando um nome, porque é uma pessoa que eu conheço, é Presidente da Federação Nacional. E nós, naturalmente, ainda agora tivemos uma discussão no Ministério da Educação e mantivemos a Secretaria específica para a questão do treinamento da criança que tem deficiência física.

Bom, com relação à qualidade: “Como é que a escola pública pode ter a mesma qualidade do ensino particular?” Em primeiro lugar, vamos examinar isso com mais objetividade. Foi feita uma pesquisa recentemente, e, na verdade, entre os alunos de escolas públicas e os de escola particular, o resultado foi mais ou menos o mesmo. É uma ilusão pensar que a escola particular, na média, é muito melhor do que a escola pública, na média. Como? São as melhores e as piores. A escola particular tem as melhores, mas também tem as piores.

Então, na média, não é tão diferente assim. Como é que vamos fazer para que o conjunto da qualidade de ensino melhore, o particular e o público? Não vale a pena querer que o ensino público fique igual ao privado, porque fica igual à média do público. Nós temos que melhorar os dois: o público e o privado. Aí na área social não há milagre, como na área econômica não há milagre. Há trabalho e tem que haver convergência. Convergência do quê? Treinamento do professor, porque o pro-

fessor não é treinado; e nós temos ainda uma enorme quantidade de professores chamados "leigos", professores que não são formados e que ensinam. Quer dizer: tem que haver treinamento do professor. O Ministério da Educação está hoje empenhado em organizar um sistema de treinamento a distância pela televisão, não para dar aula para as crianças, mas para treinar os professores.

Tem que haver um aperfeiçoamento do material didático, para que o professor tenha uma orientação. Da mesma forma, estamos empênhados numa novidade que está progredindo nessa matéria. Só para dar um dado: o Brasil distribui 58 milhões de livros didáticos. Aquilo que eu disse dos milhões do Brasil, dos 58 milhões de livros didáticos, não é fácil. A qualidade nem sempre é boa, é discutível. Estamos agora, na gestão do Professor Paulo Renato, fazendo com que esses livros passem a ser comprados e produzidos nas regiões, progressivamente. Vamos começar por Minas Gerais; e Paraná em seguida. Por quê? Porque são os Estados que têm melhores condições e porque, se não se fizer isso, haverá atraso na entrega do livro didático. Este ano, por exemplo, algumas escolas só vão receber em maio. Não adianta dizer: "O Governo Fernando Henrique não entregou." Não entregou porque não tem. Também não foi culpa do Governo Itamar Franco. Foi por um problema grave, estrutural, em que a gente tem que ir mexendo. E nós estamos mexendo. Então, você tem que ter treinamento do professor, material didático mais adequado, motivação do professor e do pai do aluno, para que ele participe da educação, e um sistema permanente de avaliação. Isso é muito importante. Nós nos desabituamos da avaliação. Sou professor, fui professor a vida toda. Na universidade, no meu tempo – e não é que, no tempo passado, fosse melhor –, eu fazia quatro teses para chegar a ser o que sou, Professor Catedrático da Universidade de São Paulo. A tese é uma forma de avaliação. Ninguém passava de um nível para outro sem ter feito um trabalho, uma pesquisa e uma tese.

Bem, isso foi se perdendo. No sistema federal de ensino, essa idéia desapareceu. As pessoas são promovidas por antiguidade. Ora, saber não se acumula com o tempo. Acumula-se com o tempo se estiver trabalhando, aperfeiçoando-se. Temos que voltar a ter critério de quali-

dade, exigir que o salário e a promoção estejam ligados à qualidade, ao desempenho. Isso não é fácil. É fácil dizer que o salário é baixo, porque é baixo, mas é muito mais difícil dizer: “Olha, você não pode só ter mais salário, tem que ter mais salário e mais qualidade no seu ensino.”

Então, nós temos que juntar esse conjunto de questões, chegando ao salário, que tem que melhorar, para que – já digo aqui, no ponto específico, o que é que pensamos em fazer – haja possibilidade de essa escola melhorar.

Em seguida, “a questão do salário”. O Brasil deve ter – o quê? – dois milhões de professores. Quem paga esse salário não é o Governo Federal. O Governo Federal paga o salário dos professores universitários, que, diga-se de passagem, subiu muito. Eu sou professor universitário. Subiu muito, mas subiu errado, quer dizer, a pirâmide aqui é invertida. É assim: quando a pessoa entra numa universidade, ganha pouco, vai fazendo a sua carreira ganhando pouco; quando fica mais velho, vai ganhando mais. Ora, sabidamente, o mais velho gasta menos que o mais moço. A pessoa gasta mais quando está na metade da vida. Quando está com crianças em idade de ir para a escola, tem mais gastos. Quando vai ficando mais velho, os gastos vão diminuindo, até porque a atividade vital da pessoa também diminui. Então, é errada essa pirâmide.

Então, quando o sujeito entra como jovem assistente, muitas vezes ganha uma coisa que não dá para manter direito a família, nem mantê-lo. Quando é professor catedrático, tem dinheiro e sobra um pouquinho para a poupança. Bem, não quero tirar dos de lá de cima, mas quero aumentar, é preciso melhorar um pouco para os lá de baixo, é preciso melhorar. No caso da universidade, a questão não é salário. É mais grave do que salário. É desempenho, é uma porção de coisas. Depois a gente fala sobre universidade.

O grosso desse professorado, entretanto, é pago pelos estados e municípios. Não é a União, não é o Governo Federal quem paga. São os municípios e os estados, os quais, muitas vezes, não têm recursos para pagar os professores, porque a massa é muito grande. Vou dar um dado: São Paulo tem 400 mil professores; o Paraná tem 50 mil, não é isso? Cinqüenta e cinco mil. Cinqüenta e cinco mil já é muita gente. Põe um

zerinho, põe dez reais a mais em 55 mil, e vocês vão ver quanto dá. Põe 100, e é uma loucura de dinheiro.

Bem, “o que é que o Governo Federal pode fazer”: é o que estamos começando a fazer. Nós vamos distribuir, do chamado salário-educação, 300 milhões de reais diretamente às escolas. Isso é novo. Embora muita gente diga que não, isso é novo. Pode perguntar à diretora desta escola se o Governo Federal deu a ela um cheque. Não deu, porque passa por vários canais e, muitas vezes, não chega à escola. É claro que não pode ser todo o dinheiro, porque de uma parte o Secretário da Educação vai precisar para fazer outros tipos de projetos. Mas nós achamos que podemos dar diretamente à escola, porque a escola pode dizer: “Essas lâmpadas estão ruins, eu vou trocar o sistema de iluminação, porque isso prejudica a vista da criança.” Eu, lá em Brasília, não sei disso, nem o Ministro, nem ninguém; nem podemos saber. Então, vamos passar a dar o recurso diretamente e, com isso, diminuir um pouco a pressão sobre os estados, que, quem sabe, possam, então, por aí começar a melhorar os salários. Não é só isso. Salário é muito difícil, tem que haver muitas outras ações para que se consiga melhorar.

Bom, “em capacitação dos professores”, já mencionei como é que estamos pensando. Ah, bom, “a questão do Cefet”, aqui! Isso já está equacionado. Isso nós vamos fazer efetivamente. Graças ao trabalho conjunto da Prefeitura, do Estado e da União, vamos poder resolver a questão do Cefet. Por quê? Porque vamos antecipar, garantir dois anos de funcionamento. O Governador vai dar os recursos necessários para a continuidade, desde que também continuemos, e o Prefeito também. Então, vamos colocar isso em prática. Tem que ser feito imediatamente. E será feito. Tenho empenho pessoal, porque também participei da inauguração dessa escola, de modo que tenho todo o empenho em que isso ocorra.

Bom, “a questão das universidades, a falta de recursos físicos e financeiros”. Veja as universidades federais. O problema delas não é esse. Falta de recurso físico, às vezes, existe, mas é um problema menor. Eu disse outro dia, acho que em Minas, que fui professor – como o Jaime Lerner também; como o Paulo Renato também – em muitas universi-

dades do mundo. E algumas são das melhores. Muitas delas têm instalações bastante modestas – e lá dentro se produz, lá dentro se produz. A produção não é decorrência direta da questão física.

Eu, uma vez, duas vezes, tive, há muitos anos, oportunidade de ver isso. Não vou citar os nomes, mas, em capitais brasileiras por onde andei, quando coincidia que havia alguma solenidade na universidade, eu ia, anonimamente, verificar o que estava acontecendo. E ficava espantado. Universidade boa, bem instalada. E fui ver: que livro saiu dali, que tese saiu dali, que artigo foi publicado por aquela universidade? Nenhum, ou nenhum de relevância. E tinha condições de ser feito. Então, não é bem assim. Nós temos que mudar de novo, cobrar mais a qualidade aí também.

Existe um desperdício grande. O número de alunos por professor no Brasil, a relação, é muito pequena, ou seja, tem muito professor por aluno e muito funcionário por aluno, comparando-se com as grandes universidades do mundo. Quer dizer, nós temos “melhor”, só que não estamos “melhor”. É que inchou, nomeou-se gente demais. Então, o salário fica baixo porque tem muita gente. A sociedade tem que prestar atenção a isso. Não pode abrir universidade em toda parte, não há recurso para isso. Tem que aumentar, maximizar o uso das existentes. Não pode abrir curso a torto e a direito. Acabou virando uma indústria também, no setor privado, isso de abrir cursos que dão diplomas, diplomas e diplomas, e, depois, a pessoa que se vire, como se diz.

Então, nessa matéria, a questão não é só melhorar, do ponto de vista do Governo Federal. Setenta por cento das verbas do Ministério da Educação são gastos com universidade. Isso está errado. A Constituição põe um limite. Acho que é 50, e nós gastamos 70, que é contra a Constituição. Isso em prejuízo de quê? Da escola primária, da educação básica. Nós temos que inverter isso. Temos que dar às universidades a autonomia verdadeira, quer dizer, o Governo passa o dinheiro e a universidade faz o que quiser com esse dinheiro. É muito fácil ser generoso com o dinheiro alheio. O alheio é do povo, não é do Governo. O Governo não tem dinheiro nem faz dinheiro. Quando ele faz dinheiro, faz inflação. Quando faz inflação, é um dinheiro que o povo paga, e paga de novo.

Quando alguém gasta mal, está tirando do bolso de cada um de vocês, dos contribuintes. Então, na questão das faculdades, tem que fazer assim. Tem que dizer: "Olha, a sua verba é essa. Você quer contratar 100 professores, precisando só de 80, contrata, mas não vai ter mais dinheiro. Vire-se." Senão, é um saco sem fundo. É diferente a mudança da ótica de quantidade para qualidade. Não vou dizer que, em algumas escolas, não falte recurso. Pode ser que falte, mas, no conjunto, não. E muitas são mal localizadas.

Bom, "falta de professor". Não há falta de professor. Isso não é verdadeiro. Veja as estatísticas. Pode ser que numa haja, mas noutra tem professor em abundância.

Bom, como vamos repassar os recursos da União para a educação eu já disse aqui. Será, em parte, pelos estados e municípios e, em parte, direto às escolas, o que é uma novidade.

"Qual a proposta da entrada do aluno nas universidades?" Bom, aqui é uma proposta muito importante – feita pelo Ministro Paulo Renato –, que revoluciona tudo. É fazer uma avaliação do segundo grau. A avaliação não pode ser só o vestibular, porque o vestibular se tornou uma dor de cabeça para todo o mundo, para os pais, para os alunos; eles têm crises. Fui examinador de vestibular muitos anos. Era uma maldade. Às vezes, eu examinava línguas estrangeiras. O coitado do rapaz não sabia nada, nem tinha como saber. Aquilo ali era feito para reprovar. Por quê? Porque não tinha vaga. Então, você toca lá: "Leia um texto em francês na minha frente." Não lê, nunca leu, nunca ouviu. Era para reprovar. Ou, então: "Vá lá e faça uma coisa em latim." Não sabe, não é?

Bom, essa coisa do vestibular foi criando uma psicose coletiva. Nós vamos tentar mudar isso. Difícil, viu? Mas vamos tentar mudar isso. E a avaliação deve ser permanente. Isso é assim nos Estados Unidos, é assim na Inglaterra. Na França é um pouquinho diferente, mas também tem um sistema que não é o vestibular. Então, nós temos que fazer a avaliação durante todo o tempo.

Como é a responsabilidade dos pais? Bem, eu acho que estamos dando uma prova disso, quer dizer, apelando para os pais. O Governo não tem, nem pode, nem deve ter força sobre as famílias, diretamente.

Ele tem que mostrar a importância. Se o aluno não é assistido, ele não está motivado. É verdade que, no Brasil, muitas vezes, a criança sabe mais que o pai e a mãe. Mais ainda agora, com a televisão. Eles vão, logo, direto para o computador. Eu, para fazer alguma coisa no computador, peno, erro toda hora. Agora, criança pequeninha já foi treinada naquilo. Mas, ainda assim, o fato de ter a atenção da família motiva muito. E a cobrança da família não é a de ver se o rapazinho ou a mocinha passou de ano ou não passou de ano, porque dessa maneira não vai funcionar. A cobrança da escola é dos pais, dos professores, dos alunos, da administração.

Isso de passar de ano é muito relativo. Aqui, no Brasil, o grande problema da escola primária é a repetência. Não falta vaga, não falta vaga. Falta só em certas regiões mais pobres. Em geral não falta vaga. Só que o aluno entra e não sai. Leva anos na mesma série. Isso não é assim nos Estados Unidos, por exemplo. Na prática, ninguém repete, ou muito poucos, porque não adianta repetir; desmotiva. Há técnicas mais modernas. Aqui nós fazemos a avaliação errada: “Ah, você não estudou, você não aprendeu, jogou futebol.” Não foi isso, não. Ele está desmotivado, o professor não é bom, a aula não tem interesse. São vários os motivos que levam a essa repetência. Os pais têm que entender e participar disso.

Agora, aqui tem uma questão que é fantástica: “Senhor Presidente, querem derrubar a aposentadoria do professor, que é de 25 anos para mulher e de 30 para homem, e com mais de 60 anos o professor não tem condições.” Isso não é verdadeiro. Eu tenho 63. Olha, eu posso dar aula em universidade. A gente quando está na... Eu não sei quantos anos tem o Ministro Paulo Renato. É menino, 49, não é? Pode se aposentar daqui a três anos, pelas regras. O problema é que estamos tendo aposentadorias prematuras. Em média – qual é a média hoje? –, cinqüenta anos. Tudo bem. Mas quem paga a aposentadoria? São vocês.

Em certos setores da administração, você já tem uma pessoa trabalhando e outra aposentada. Daqui a dez anos isso vai se inverter. Quem vai pagar? Então, como o Governo não produz dinheiro, quem produz é a sociedade, isso não tem solução, não é? Se fosse a aposentadoria aos 30 anos, e não aos 25 anos, teria dinheiro para mais 20% de salário,

poder-se-ia pagar mais 20% de salário. Vou dar um exemplo concreto: o Governo Federal – para me limitar à área do Governo Federal – dobrou a folha de salário, que passou, de 1992 para 1995, de 16 bilhões para 33 bilhões de reais; portanto, mais do que dobrou. E o salário não aumentou muito. Sabe por quê? Porque aumentou o número de aposentados. Então, o problema não é do Governo, é da sociedade. Se a sociedade quiser, daqui a 20 anos, fechar e dizer: “Olha, ninguém mais vai ter aposentadoria”, dá para manter a aposentadoria como ela é hoje. Mas, se quisermos pensar no futuro, não dá. Não dá para aposentar, em média, com 52 anos. Porque alguém está pagando. A esperança de vida no Brasil aumentou, passou para 70 anos. Aliás, a mulher não é diferente do homem. Não há nenhuma razão técnica para ter diferença entre homem e mulher, em nada, muito menos na esperança de vida. As mulheres duram tanto quanto os homens, ou um pouquinho mais. Foi para 70 e poucos anos. Se se aposenta aos 50 anos, alguém tem que pagar o salário durante 20 anos para essa pessoa.

Então, não é um problema de querer ou não querer, de gostar ou não gostar. Como é que se resolve isso? Valia a pena fazer uma pergunta a toda a sociedade: “Vocês querem parar com o sistema de aposentadoria daqui a dez anos? Os que estão continuam como estão, mas no futuro ninguém vai ter? Ou vamos discutir uma maneira de resolver essa questão?” Não é uma questão de maldade, é uma questão de objetividade. A luta pela aposentadoria está errada. Digo isso há muitos anos. Fui professor na Universidade de Paris. Lá em Paris era assim: se você tivesse sido combatente, herói de guerra, em vez de se aposentar com 65 anos, se aposentava com 70, porque o trabalho é considerado um bem, porque a pessoa ganha um pouco. Aqui, no Brasil, quando se aposenta, ganha mais do que na ativa. É outra coisa errada. Em nenhum lugar do mundo é assim, pela razão que já disse aqui. Quando você se aposenta, você gasta menos, e, aqui, se aumenta o salário.

Bem, no resto do mundo, diminui-se um pouquinho o salário. Então, é vantagem trabalhar mais tempo. Mas a condição de trabalho é melhor lá, o salário é melhor lá. Então, a luta real não é para trabalhar menos tempo, é para ganhar mais, é para ter condições melhores de

trabalho, é para poder trabalhar e tirar prazer do trabalho durante mais tempo. Essa campanha de se aposentar depressa é errada, é de quem não está pensando no conjunto da sociedade, está pensando só no momento, não está pensando no futuro, e não está pensando que o problema verdadeiro é outro. É que, se você mantiver esse sistema frouxo, o salário não vai subir nunca. Vai, pelo contrário, diminuir, porque: como você vai manter, no futuro, os que vão se aposentar?

Então, esse é um tema que foi bom ter sido levantado, porque a gente pode mostrar a razão. Não é maldade, é que é assim mesmo, tem que ser. Bom, evidentemente, quem já está nessa regra vai ficar nessa regra, tem direito adquirido. Estou pensando é para o futuro, estamos pensando no futuro. Os que hoje têm direito têm direito. Não se mexe com quem já tem o direito. Mas, no futuro, não vai ser possível dar esse direito, porque a sociedade não vai agüentar pagar. E isso não é fantasia, não. O Uruguai teve um problema semelhante e quebrou, quebrou. E, aí, não se paga a ninguém. Acaba o direito adquirido. Então, se quisermos manter, como ainda podemos, o direito adquirido, ou seja, quem entrou nessa regra vai ser beneficiado por essa regra, temos que mudar já a regra futura. É só previsão, não é maldade.

Bem, “o analfabetismo”. É verdade que o analfabetismo existe no País. Houve muitas campanhas para acabar com o analfabetismo. Nenhuma deu muito certo. Por quê? Porque elas não são eficazes; são ineficientes. E, depois, o sujeito que aprende depois de mais velho desaprende quando não utiliza. Então, o problema central é fazer a criança ser alfabetizada na época certa. Claro que os esforços para acabar com o analfabetismo são bons, mas o verdadeiro esforço é com a criança, porque o outro é um grande esforço mas o rendimento é historicamente pequeno. Tem muito empecilho a isso.

Nós vamos financiar também, para isso, alguns municípios, alguns movimentos da Igreja, por exemplo, a CNBB, o MEB, porque essas instituições podem ajudar nessa matéria. Por exemplo, lá no próprio Palácio do Planalto, descobri que tem uma escolinha, quer dizer, tem alguém que aprende lá, na garagem, sei lá onde, porque tem gente

analfabeta, e tem que haver isso, a sociedade tem que continuar. É esse o sistema. Não é o Governo em si quem pode fazer isso.

"Qual a esperança que se pode passar ao jovem que está cumprindo o segundo grau e que não tem condições?" Bom, antes é preciso fazer uma reforma no segundo grau e dar opções. O nosso sistema é rígido, e não há mais razão para isso. Então, o jovem, no segundo grau, tendo opções, pode se profissionalizar de forma diferente. Agora, aqui tudo é muito rígido. Isso é outro movimento que vem com a qualidade. É a diferenciação. Não tem que ter tanta homogeneidade. Tem que diferenciar e permitir flexibilidade.

Agora, a última pergunta: "Com a extinção dos Caics, qual é a outra idéia do Governo para que nossos filhos tenham atendimento com maior tempo na escola?" Olha, não estamos acabando com o programa Pronaica, que é o que faz a permanência na escola. Agora, esta escola, aqui, não é um Caic. Por que é que as coisas não podem permanecer aqui? Podem e devem. A questão do Caic é que, viajando pelo Brasil todo, cansei de ver Caic vazio, e o prefeito não o quer porque é cara a manutenção. Não tem dinheiro. Não é que não seja bom, mas não há dinheiro para fazer. E, para poder fazer o contrato que já existe lá, hoje, são 5 bilhões de reais. Isso equivale a duas Xingó, duas vezes a hidrelétrica de Xingó, 5 bilhões de reais.

Agora, é essa a questão central? Não é. A questão central é o treinamento do professor, é o atendimento da criança. Essa escola não é boa? E assim há várias que não são. Você não pode melhorar as escolas e mantê-las? O Paraná tem 30 escolas normais. Você fez isso pelas escolas normais, um décimo do preço. Então, não se trata de não... Outro dia eu vi, num desses jornais: "O Governo Fernando Henrique resolveu não construir escolas." Dá a impressão de que não vou fazer escola. Não é isso, não. É: "Resolveu usar bem o dinheiro, fazer a escola condizente com a necessidade adequada." Os jornais põem lá: "O Governo resolveu não fazer escola." Não foi isso, não: é fazer bem, melhorar onde é necessário. Essa é que é a questão.

Bom, creio que essas foram as perguntas que me foram trazidas aqui. Não sei se as respostas foram a contento, mas é o que eu posso

lhes dizer, assim, como se fosse ponto sorteado na hora, prova oral.  
Muito obrigado.

Eu agradeço muito a vocês a paciência e as questões que levantaram.  
E vamos levar esse programa a sério, de melhor educação no Brasil, que  
o Brasil merece.